



JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE LEILÃO

(Artigo 887 do CPC, e § seguintes da Lei 13.105 de 16 de março de 2015)

A Doutora **VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA SOBREIRO**, Juíza de Direito nesta 1ª Vara de Família de Curitiba – Estado do Paraná; **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que fica designada Praça e Leilão para: **Dia 04 de julho de 2024 a partir das 10:00 horas**: em que o(s) bem(ns) pode(rão) ser vendido(s) SOMENTE pelo valor da avaliação. Em não havendo interessados, fica desde logo autorizada a Segunda Hasta - **Dia 25 de julho de 2024, a partir das 10:00 horas**: em que o(s) bem(ns) pode(rão) ser vendido(s) pelo maior lance, desde que não seja considerado preço vil, ou seja, menos de 51% do valor da avaliação.

MODALIDADE/LEILOEIRO: A alienação judicial será realizada UNICAMENTE na modalidade eletrônica. Os lances eletrônicos poderão ser ofertados a partir da data da publicação deste edital, mediante prévio cadastro de adesão dos interessados ao site www.pbcastro.com.br (cujas regras integram o presente). A sede do Leiloeiro está situado no Auditório P.B. CASTRO LEILÕES, na Rua Jacarezinho, nº1257, conj. 104 – 1º Andar, Mercês - Curitiba/Pr.; CEP: 80.810-130. Todos os atos judiciais praticados pelo Sr. PLÍNIO BARROSO DE CASTRO FILHO, Leiloeiro Público Oficial registrado na Jucepar n.º 668, estão devidamente autorizados e designado(a) pelo(a) MM. Juiz(a) relativo(s) ao(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos a seguir relacionado(s).

AUTOS: 0000327-45.2000.8.16.0188

PROMOVENTE: KAWANA YASMIN LESTECHEN DO PRADO (CPF/CNPJ: 081.804.069-62)

PROMOVIDO: ANTONIO BATISTA DO PRADO JUNIOR (CPF/CNPJ: 530.098.279-20)

TERCEIRO: CLEUNICE INACIO DO PRADO (CPF/CNPJ:301.264.879-87); OSMAR BATISTA DO PRADO (CPF/CNPJ: 570.987.199-00)

VALOR TOTAL DA CAUSA: R\$1.800,00 conforme dados do site PROJUDI – informações gerais de 30/08/2023 e conforme mov. 384.1.

BENS: parte ideal pertencente ao executado do Lote de terreno n.º. 43, da quadra 19 da Planta Jardim Menino Deus, situado no lugar chamado Curralinho ou Timbu, Município de Quatro Barras, matriculado sob n.º. 3.399, sendo a parte ideal uma casa de alvenaria com área de 72m². Avaliado em R\$230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) conforme laudo de avaliação de mov. 334.1.

OBS: De acordo com decisão de mov. 409.1 - "Salienta-se que, na ocasião da arrematação do bem, deverá ser observada a reserva de valores indicada no mov. 285.1 - observada a reserva de valores em favor do Sr. Luiz Henrique Zenelatto, além dos valores necessários à quitação do débito referente aos autos n.º 335-22.2008, consoante anotações constantes na matrícula do bem, além da meação em favor da Sra. Aurení Luzia Lestechen.

ÔNUS DA MATRÍCULA: **AV-2**: BLOQUEIO DE TRASFERENCIA do imóvel desta matrícula em conformidade com os autos n.º. 001306/1998 de Separação judicial Litigiosa; **R3**: PENHORA extraída dos autos n.º.0001051-94.2012.8.16.0037 da ª Juizado Especial Cível de Campina Grande do Sul/PR; **AV-6**: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraído dos autos n.º.00003352220008160188 da 1ª Vara de Família e Sucessões de Curitiba/PR;

DÉBITOS DE IPTU: conforme certidão emitida pela Prefeitura Municipal de Quatro Barras há débitos no importe de R\$1.937,95 até a data de 25/06/2024.

OBSERVAÇÃO: Na primeira hasta não poderá haver lance em valor inferior ao valor da avaliação segundo redação do artigo 891 do Código de Processo Civil. Na segunda hasta o bem poderá ser vendido pela melhor oferta, desde que o preço do lance não seja considerado vil, ou seja, de acordo com determinação do juízo da execução, o bem não poderá ser vendido por quantia mínima inferior a 51% do valor da avaliação. O CPC no seu artigo 892 revela que, salvo pronunciamento judicial em sentido diverso, o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. Entretanto, nos termos do art. 895, §1º, do CPC, fica consignada a possibilidade de arrematação em prestações, corrigidas pelos índices legais, desde que apresentada a proposta por escrito, não inferior ao laudo de avaliação, ainda, com oferta de pelo menos 25% à vista, autorizado o parcelamento do restante em até 30 vezes, que será decidido pelo Juiz por ocasião da Praça, para bens imóveis, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
1ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 5º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41) 3250-1707 -
E-mail: ctba-37vj-s@tjpr.jus.br

soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulado nos autos da execução em que se deu a arrematação. A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado e em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor, e em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado. Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, o juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a perda da caução, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Segundo o artigo 18 da Resolução nº 236 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, os bens serão vendidos “ad-corpus”, ou seja, no estado de conservação em que se encontra, ou seja, em uso, conservação e estado documental, sendo em lotes unitários e/ou lotes englobados, sem garantia, constituindo ônus de o interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para alienação judicial, não podendo alegar vício oculto. Também com fundamento no artigo 29 da Resolução nº 236 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, às despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte patrimonial e transferência dos bens correrão por conta dos arrematantes. Ficam também ao encargo do arrematante, o pagamento das custas judiciais para a expedição da pertinente carta de arrematação e demais despesas judiciais e eventuais tributos existentes, conforme tabela de custas pela Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná, quando houver. Todos os arrematantes submetem-se aos prazos e decisões judiciais, poderão ser chamados à lide na qualidade de terceiros interessados. Os licitantes que desejarem participar da Hasta Pública com a utilização do sistema Leilão “on-line”, deverão obrigatoriamente aderir aos termos contidos no sistema, através da página na rede mundial de computadores (www.pbcastro.com.br), cujas regras integram este Edital de Leilão. O uso da ferramenta, através de “login” e “senha” pessoal e intransferível vinculam o licitante aos termos do Edital de Leilão, ao Contrato de Adesão, às Condições de Venda, além de todas as disposições legais aplicáveis à espécie, inclusive sanções na esfera civil e criminal por danos à execução e à dignidade da Justiça. Eventuais divergências e litígios advindos do uso do sistema disponibilizado pelo Leiloeiro Público serão dirimidos pelo Juízo da Execução, segundo as circunstâncias de cada caso. Através deste edital ficam intimados as partes, os arrematantes e terceiros interessados. Cientes também, que no ato os arrematantes arcarão com a comissão do Leiloeiro, no importe de 6% (seis por cento) sobre o valor da arrematação. A comissão de leilão sempre será devida ao Leiloeiro Oficial, por ATO PRATICADO (Decreto Federal n.º 21.981/1932), assumindo, conforme o caso, o arrematante, o adjudicante ou o remitente, o ônus desta despesa. Ciente também, na hipótese de adjudicação, remição ou acordo entre as partes ou arrematação por descendente, ascendente ou cônjuge do devedor a comissão do leiloeiro será 2% sobre o valor. A simples oposição de embargos à arrematação por parte do Executado (devedor) não é causa para desfazimento da arrematação. Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial, profissional e/ou eletrônico declinado na inicial. Caso os Exequentes, Executados, Credores hipotecários, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou certificados por qualquer razão da data de Praça e Leilão, quando da expedição das notificações respectivas, valerá o presente Edital de **INTIMAÇÃO DE PRAÇA E LEILÃO: “AD CAUTELAM”** Fica(m) desde logo intimada(s) o(s) Promovido(s): **ANTONIO BATISTA DO PRADO JUNIOR (CPF/CNPJ: 530.098.279-20)**; na pessoa e seu(s) representante(s) legal(is), bem como corresponsável(is), cônjuge(s), herdeiro(s) e/ou sucessor, o(s) senhorio(s) direto(s), o(s) depositário(s) e o(s) credor(es) concorrente(s); e o(s) Terceiro(s): **CLEUNICE INACIO DO PRADO (CPF/CNPJ: 301.264.879-87)**; **OSMAR BATISTA DO PRADO (CPF/CNPJ: 570.987.199-00)**; por meio da publicação deste, das datas da realização do leilão, do dia, hora e local da alienação judicial determinada, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, e querendo, acompanhar. Em não havendo expediente forense nas datas ora designadas, ficam os leilões automaticamente transferidas para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo horário. O prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação como embargos ou recursos, começará a contar após a hasta pública, independente de intimação. O presente Edital será fixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei, bem como na modalidade eletrônica no site: <https://www.pbcastro.com.br/>. **DADO E PASSADO** nesta Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, Eu, **PLINIO BARROSO DE CASTRO FILHO** – Leiloeiro Público Judicial, que por ordem do(a) M.M Juiz(a), o fiz digitar e subscrevi.

Plínio Barroso de Castro Filho
Leiloeiro Público Judicial

VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA SOBREIRO
Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
1ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 5º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41) 3250-1707 -
E-mail: ctba-37vj-s@tjpr.jus.br

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço é web é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico(OAB). A autenticidade deste documento pode ser consultada no mesmo endereço eletrônico.